

# Diário do Legislativo de 07/03/2009

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho – PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana – DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique – PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado – PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro – PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio – PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues – PDT

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

1.1 - 13ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - 9ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.3 - 58ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

1.4 - 59ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

1.5 - 60ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

1.6 - 61ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

1.7 - 62ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

1.8 - 63ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

1.9 - 64ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

1.10 - 65ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

1.11 - 66ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

1.12 - 44ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

1.13 - 45ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

1.14 - Reunião de Comissões

### 2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Plenário

2.2 - Comissão

### 3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 4 - MANIFESTAÇÕES

### 5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## ATAS

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 5/3/2009

Presidência dos Deputados Doutor Viana, José Henrique e Hely Tarquínio

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Ofícios - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Propostas de Emenda à Constituição nºs 49 e 50/2009 - Projetos de Lei nºs 3.072 a 3.080/2009 - Requerimentos nºs 3.411 a 3.422/2009 - Requerimentos das Comissões de Segurança Pública (3) e de Minas e Energia e do Deputado Ivair Nogueira e outros - Proposições Não Recebidas: Requerimento do Deputado Ademir Lucas - Comunicações: Comunicações das Comissões de Administração Pública, de Educação, de Meio Ambiente, de Assuntos Municipais, de Cultura e do Trabalho e dos Deputados Padre João (2), Paulo Guedes e Carlin Moura - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Fábio Avelar, Domingos Sávio, Eros Biondini, Getúlio Neiva e Carlin Moura - Registro de presença - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - Despacho de Requerimentos: Requerimento do Deputado Ivair Nogueira e outros; deferimento - Discussão e Votação de Pareceres: Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.298/2008; aprovação - Votação de Requerimentos: Requerimentos das Comissões de Segurança Pública (3) e de Minas e Energia; aprovação - Requerimento do Deputado Gilberto Abramo; deferimento; discurso do Deputado Getúlio Neiva - Requerimento do Deputado Padre João; deferimento; discurso do Deputado Padre João - Questão de ordem - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues - Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Arlen Santiago - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Getúlio Neiva - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Maria Lúcia Mendonça - Padre João - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Tenente Lúcio - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Zezé Perrella.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 14h12min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### 1ª Parte

##### 1ª Fase (Expediente)

##### Ata

- O Deputado Hely Tarquínio, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Correspondência

- O Deputado Carlos Gomes, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

#### OFÍCIOS

Do Sr. Yoshiaki Himono, Presidente da Assembleia Legislativa do Ishikawa, Japão, solicitando visita de uma comitiva desta Assembleia com vistas ao intercâmbio social, econômico e cultural.

Do Sr. Koichi Kubota, Diretor-Geral da Divisão de Turismo e Relações Internacionais do Governo da Província de Yamanashi, Japão, convidando delegação desta Assembleia, representada pelo Deputado Chico Uejo, a visitar a Província de Yamanashi.

Do Sr. Marx Fernandes dos Santos, Gerente Regional de Negócios da CEF (23), prestando informações sobre contratos de repasse de recursos do Orçamento Geral da União, celebrados entre esse Banco e o Estado de Minas Gerais. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Dimas Wagner Lamounier, Superintendente Regional da CEF, informando a liberação de recursos financeiros para a Secretaria de Desenvolvimento Regional. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Euvaldo M. Bittencourt Júnior, Gerente de Projeto da Subsecretaria de Gestão da Política de Direitos Humanos da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, dando ciência de celebração de convênio com a Secretaria de Defesa Social para a execução do projeto Curso de Pós-Graduação Lato-Sensu - Ênfase no Sistema Socioeducativo. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. José Fernando Coura, Presidente do Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais - Sindiextra -, apresentando sugestões para a conservação do patrimônio natural e cultural das Serras da Calçada e da Moeda. (- À Comissão Especial das Serras da Calçada e da Moeda.)

Do Sr. Hipérides Ateniense, da Secretaria Executiva do Comitê de Acompanhamento e Análise de Propostas Referenciadas na Lei 12.276 - Caapp -, encaminhando cópias de contratos celebrados com o objetivo de implantar sistema de parceria para a execução de obras de infraestrutura no Estado. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Dos Srs. Ubirajara Pires Glória, Presidente da Associação dos Amigos do Bairro Belvedere, e Marcelo Marinho Franco, Presidente das Associações de Bairros da Zona Sul de BH, encaminhando cópia de ofício enviado ao Sr. José Maria dos Santos Júnior, Promotor de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, sobre o descumprimento de acordo firmado em audiência pública no Conselho Municipal do Meio Ambiente - Comam. (- À Comissão de Transporte.)

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 49/2009

Institui Ação Direta de Inorganicidade Municipal.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 106 - (...)

II - Julgar em grau de recurso:

a) As causas decididas em primeira instância, ressalvadas as de competência de Tribunal Federal, do Tribunal de Justiça Militar ou de órgãos recursais dos juzados especiais.

b) Ação Direta de Inorganicidade Municipal.

Art. 113 - (...)

§ 1º - Compete ao Juiz de Direito julgar mandado de injunção quando a norma regulamentadora for atribuição do Prefeito, da Câmara Municipal ou de sua Mesa Diretora, ou de autarquia ou fundação pública municipais.

§ 2º - Compete ao Juiz de Direito julgar Ação Direta de Inorganicidade Municipal de lei municipal, decreto municipal ou ato normativo municipal em face de lei orgânica do respectivo Município.

Art. 118 - A - São partes legítimas para propor Ação Direta de Inorganicidade Municipal de lei municipal, decreto municipal ou ato normativo municipal, em face de lei orgânica do respectivo Município:

I - O Prefeito do respectivo Município.

II - A Mesa da Câmara Municipal do respectivo Município.

III - Membro do Ministério Público que atue na Comarca a que pertence o respectivo Município.

IV - A subseção da Ordem dos Advogados do Brasil da Comarca a que pertence o respectivo Município.

V - Diretório ou Comissão Provisória do Partido Político com representação na respectiva Câmara Municipal.

VI - Entidade sindical ou de classe com representação no respectivo Município.

Sala das Reuniões, 5 de março de 2009.

Lafayette de Andrada - Ademir Lucas - Ana Maria Resende - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Doutor Viana - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - José Henrique - Juarez Távora - Juninho Araújo - Maria Lúcia Mendonça - Maria Tereza Lara - Neider Moreira - Padre João - Rêmolo Aloise - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Wander Borges.

Justificação: A Constituição da República conferiu plena autonomia aos Municípios com "status" de ente federativo. Determinou, em art. 29, que os Municípios serão regidos por Lei Orgânica votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por 2/3 dos membros da Câmara Municipal que a promulgará. Ou seja, conferiu à Lei Orgânica o "status" de constituição do Município, uma vez que obedece o processo legislativo das emendas constitucionais, descartando a necessidade de sanção pelo Prefeito.

Assim, fica claro que a Lei Orgânica Municipal é um diploma legal acima das leis ordinárias ou complementares municipais. Todavia, não há em nossa Constituição Estadual a previsão de um remédio jurídico quando a lei municipal afronta a respectiva Lei Orgânica.

O que se pretende com esta Proposta de Emenda Constitucional é criar esse remédio jurídico, guardando o paralelismo com a ação direta de inconstitucionalidade da Constituição Federal e Estadual.

Contamos com o apoio dos nobres pares para aprovação desta proposta.

- Publicada vai a proposta à Comissão Especial, para parecer, nos termos do art. 201 do Regimento Interno.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50/2009

Modifica o inciso VI do art. 118.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

O inciso VI do art. 118 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 118 - (...)

VI - partido político legalmente instituído e com representação na Assembleia Legislativa de Minas Gerais;".

Sala das Reuniões, 5 de março de 2009.

Lafayette de Andrada - Ademir Lucas - Ana Maria Resende - Antônio Júlio - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Doutor Viana - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - José Henrique - Juarez Távora - Maria Lúcia Mendonça - Neider Moreira - Rêmoló Aloise - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Wander Borges.

Justificação: A presente Proposta de Emenda Constitucional busca o paralelismo da Norma Constitucional Estadual com a Norma Constitucional da República. Se consultarmos a Constituição da República em seu artigo 103, VIII, verificaremos que a ação direta de inconstitucionalidade pode ser proposta por "Partido Político com representação no Congresso Nacional". Assim, a presente Proposta de Emenda visa instituir na Constituição Mineira o mesmo critério da Constituição da República, exigindo que somente os partidos políticos com representação na Assembleia Legislativa terão legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade.

- Publicada, vai a proposta à Comissão Especial, para parecer, nos termos do art. 201 do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 3.072/2009

Declara de utilidade pública a Casa Espírita Maria Modesto Cravo, com sede no Município de Uberaba.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Casa Espírita Maria Modesto Cravo, com sede no Município de Uberaba.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 5 de março de 2009.

Fahim Sawan

Justificação: A partir do dia 22/6/89, deu-se o início das atividades da Casa Espírita Maria Modesto Cravo. A casa, em seus primeiros anos em pleno exercício, teve poucas atividades. Mas, com o tempo, essas atividades se expandiram, apesar dos poucos recursos recebidos. A casa realiza atividades sociais e assistenciais, como campanhas realizadas pelos frequentadores e voluntários anônimos. Durante essas campanhas são recebidas cestas básicas que, em datas comemorativas, são doadas a mães carentes e a outras pessoas necessitadas.

A Casa realiza a distribuição gratuita de medicamentos alopáticos, coletados em campanhas e clínicas; disponibiliza farmácia; confecciona enxovais e restaura roupas, que são vendidas em bazares ou doadas a gestantes; promove visita ao Sanatório Espírita, estudo e peregrinação, com visita a 10 lares, aos quais leva o estudo do Evangelho, pão e leite; promove também distribuição de sopa e lanche. Além disso, oferece corte de cabelo e a atividade de pintura artística nas unhas, realizadas por adolescentes; evangelização infantil; reunião festiva, com explanação do Evangelho. No final do ano novas campanhas são realizadas com vistas à arrecadação de mantimentos para distribuição de cestas de Natal.

Em breve, será disponibilizado abrigo de apoio a pessoas sem lar ou que momentaneamente precisam de hospedagem, por exemplo, porque acompanham parentes hospitalizados.

A casa sobrevive com a ajuda de terceiros e não recebe assistência governamental. Assim, solicito aos pares o apoio para que continue a auxiliar quem dela necessite.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Cultura, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 3.073/2009

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Nossa Senhora da Conceição, com sede no Município de Jacinto.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária Nossa Senhora da Conceição, com sede no Município de Jacinto.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 5 de março de 2009.

Mauri Torres

Justificação: A Associação Comunitária Nossa Senhora da Conceição, com sede no Município de Jacinto, visa a realizar atividades de natureza

educativa, sociocultural e de assistência social que atendam às necessidades da comunidade.

Com duração indeterminada, a entidade encontra-se em pleno e regular funcionamento há mais de um ano. Sua diretoria é composta por pessoas de idoneidade moral e ílibada conduta social, não recebendo nenhuma remuneração por sua atuação. A totalidade das rendas apuradas é destinada integralmente à manutenção e ao desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

Considerando-se a importância dos serviços prestados pela referida entidade, espero contar com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 3.074/2009

Declara de utilidade pública o Palmeiras Futebol Clube, com sede no Município de Betim.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Palmeiras Futebol Clube, com sede no Município de Betim.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 5 de março de 2009.

Rômulo Veneroso

Justificação: Entidade esportiva sem fins lucrativos, fundada em 5/10/75, o Palmeiras Futebol Clube tem como objetivos apoiar e implementar o esporte amador, principalmente o futebol, bem como estimular a prática de todas as modalidades esportivas, visando promover o bem-estar da comunidade e, especialmente, o das crianças e adolescentes. Quanto aos parâmetros legais, o processo encontra-se fundamentado com a documentação exigida.

Por estas razões, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### projeto de lei nº 3.075/2009

Declara de utilidade pública o Movimento Mulher de Fibra de Ipaba do Paraíso, com sede no Município de Santana do Paraíso.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Movimento Mulher de Fibra de Ipaba do Paraíso, com sede no Município de Santana do Paraíso.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 5 de março de 2009.

Rosângela Reis

Justificação: O Movimento Mulher de Fibra de Ipaba do Paraíso é uma sociedade de direito privado, de natureza associativa, sem fins lucrativos, beneficente, que desenvolve importantes trabalhos na área social, fortalecendo a atuação das mulheres que desempenham liderança na vida familiar e comunitária atuando como agentes de proteção social e canalizadoras do desenvolvimento da comunidade. A documentação apresentada atesta que a sua diretoria é constituída por pessoas idôneas e não remuneradas e que a entidade está em funcionamento regular, atendendo, desta forma, aos requisitos legais. Por sua importância, contamos com o apoio de nossos pares à aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Direitos Humanos, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 3.076/2009

Declara de utilidade pública o Lar Comunitário Frederico Ozanam, com sede no Município de Ouro Branco.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Lar Comunitário Frederico Ozanam, com sede no Município de Ouro Branco.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 5 de março de 2009.

Padre João

Justificação: O Lar Comunitário Frederico Ozanam é uma associação beneficente sem fins lucrativos fundada em 2/12/96, tendo como objetivo a prática da caridade no campo da assistência social e da promoção humana, visando a manter estabelecimento destinado a abrigar pessoas idosas de ambos os sexos, em condições de saúde física e mental. Proporciona ainda a assistência material, moral, intelectual, social e espiritual, em condições de liberdade e dignidade, visando à preservação da saúde física e mental.

O processo objetivando a utilidade pública encontra-se legalmente amparado, estando obedecidas as exigências contidas na Lei nº 12.972, de 27/7/98.

Por estas razões, espero contar com apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 3.077/2009

Concede isenção do ICMS nas saídas internas de veículos automotores de fabricação nacional, quando destinados a portadores da doença de Parkinson.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica concedida isenção do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - nas saídas internas de automóveis de passageiros de fabricação nacional, quando destinados aos portadores da doença de Parkinson.

Parágrafo único - A isenção referida no "caput" deste artigo limita-se a um veículo, para cada portador da doença, no período de três anos.

Art. 2º - A alienação do veículo adquirido nos termos desta lei, antes do período de três anos, a pessoa que não portadora da enfermidade, sujeitará o alienante ao pagamento do imposto dispensado, atualizado na forma da legislação tributária.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 5 de março de 2009.

Wander Borges

Justificação: A Doença de Parkinson é uma enfermidade descrita pela primeira vez em 1817, pelo médico inglês James Parkinson. Caracteriza-se pela disfunção ou pela degeneração dos neurônios produtores da dopamina no sistema nervoso central, afeta os movimentos da pessoa, bem como causa tremores, lentidão de movimentos, rigidez muscular, desequilíbrio, alterações na fala e na escrita.

A citada doença é dita idiopática, ou seja, sem causa definida. Acomete qualquer pessoa, independentemente do sexo, raça, cor ou classe social, contudo, os primeiros sintomas geralmente ocorrem em pessoas com mais de 50 anos de idade. Estudos recentes apontam que cerca de 1% das pessoas com mais de 65 anos são portadoras da doença de Parkinson. É uma das doenças neurológicas mais frequentes, visto que sua prevalência se situa entre 80 e 160 casos por 100 mil habitantes.

Após o surgimento dos sintomas, o curso da enfermidade é progressivo ao longo de 10 a 25 anos; e o agravamento contínuo dos sintomas promove rigorosas alterações na vida do doente e, freqüentemente, causa profunda depressão.

A lentidão de movimentos é, talvez, o maior problema enfrentado pelo parkinsoniano, uma vez que passa a despender mais tempo para praticar ações anteriormente realizadas com mais desenvoltura, assim, atividades simples como banhar-se, vestir-se, cozinhar, preencher cheques tornam-se cada vez mais penosas e demoradas. A rigidez muscular também caracteriza a doença.

De evolução lenta e quase sempre progressiva, a doença de Parkinson apresenta sintomas clínicos que incluem tremor, rigidez, acinesia, lentidão de movimentos e alteração da postura. Sintomas não motores podem aparecer também, entre os quais a sudorese excessiva ou outros distúrbios do sistema nervoso involuntário e problemas psíquicos como depressão e demência. Além desses, o paciente apresenta dificuldade de deglutição, da motricidade gástrica e esofágica, constipação intestinal, problemas vasomotores, da regulação arterial, edemas, dificuldade de regulação da temperatura corporal, perturbações do sono e perda de peso. A síndrome de Parkinson não é fatal mas fragiliza e predispõe o doente a outras patologias, como pneumonia e outras infecções.

Considerando as graves conseqüências e alterações acarretadas à vida do portador da síndrome, necessário se faz uma norma jurídica que venha a cooperar no deslocamento desse paciente. Assim, a proposição em apreço visa a facilitar a aquisição de veículo automotor para o parkinsoniano.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para levar a efeito uma causa justa.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 3.078/2009

Autoriza o Poder Executivo a conceder passe livre aos pacientes portadores da Síndrome de Parkinson.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder passe livre no transporte coletivo intermunicipal, no Estado, aos pacientes portadores da Síndrome de Parkinson.

Parágrafo único - A forma de concessão do passe a que se refere o "caput" deste artigo será estabelecida por meio de regulamento.

Art. 2º - A fonte de custeio deverá constar no orçamento da Secretaria de Estado de Saúde e será pactuada com os Municípios, de acordo com suas demandas.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 5 de março de 2009.

Wander Borges

Justificação: A doença de Parkinson é uma enfermidade descrita pela primeira vez em 1817, pelo médico inglês James Parkinson. Caracteriza-se pela disfunção ou pela degeneração dos neurônios produtores da dopamina no sistema nervoso central e afeta os movimentos, causando tremores, lentidão de movimentos, rigidez muscular, desequilíbrio, alterações na fala e na escrita.

Citada doença é dita idiopática, ou seja, sem causa definida. Acomete qualquer pessoa, independentemente do sexo, raça, cor ou classe social. Contudo, os primeiros sintomas geralmente ocorrem em pessoas com mais de 50 anos de idade. Estudos recentes demonstram que cerca de 1% das pessoas com mais de 65 anos são portadoras da doença de Parkinson. É uma das doenças neurológicas mais freqüentes, visto que sua prevalência situa-se entre 80 e 160 casos por 100 mil habitantes.

Após o surgimento dos sintomas, o curso da enfermidade é progressivo ao longo de 10 a 25 anos, e o agravamento contínuo dos sintomas promove rigorosas alterações na vida do doente e, freqüentemente, causa profunda depressão.

A lentidão de movimentos é, talvez, o maior problema enfrentado pelo parkinsoniano, uma vez que passa a despender mais tempo para praticar ações anteriormente realizadas com mais desenvoltura. Assim, atividades simples como banhar-se, vestir-se, cozinhar, preencher cheques tornam-se cada vez mais penosas e demoradas. A rigidez muscular também caracteriza a doença.

De evolução lenta e quase sempre progressiva, a doença de Parkinson apresenta sintomas clínicos que incluem tremor, rigidez, acinesia, lentidão de movimentos e alteração da postura. Sintomas não motores podem aparecer também, entre os quais a sudorese excessiva ou outros distúrbios do sistema nervoso involuntário e problemas psíquicos, como depressão e demência. Além desses, o paciente apresenta dificuldade de deglutição, da motricidade gástrica e esofagiana, constipação intestinal, problemas vasomotores, da regulação arterial, edemas, dificuldade de regulação da temperatura corporal, perturbações do sono e perda de peso. A síndrome de Parkinson não é fatal, mas fragiliza e predispõe o doente a outras patologias, como pneumonia e outras infecções.

Considerando as graves conseqüências e alterações acarretadas à vida do portador da síndrome, necessário se faz uma norma jurídica que venha a cooperar para o deslocamento desse paciente. Assim, a proposição em apreço visa propiciar a gratuidade do transporte para as pessoas acometidas pela doença de Parkinson.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para levar a efeito uma causa justa.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Transporte e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 3.079/2009

Institui o serviço de atendimento telefônico destinado a prestar informações sobre a Síndrome de Parkinson.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O Estado manterá serviço de atendimento telefônico destinado a prestar esclarecimentos sobre a Síndrome de Parkinson – disque informações.

Art. 2º - O Estado promoverá ampla divulgação do serviço de que trata esta lei e do número de telefone a ele referente.

Art. 3º - O custeio do serviço prestado de que trata esta lei será feito por meio de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento do Estado, e de recursos oriundos de convênios e acordos celebrados com entidades públicas e particulares.

Art. 4º - O serviço de que trata esta lei será instituído no prazo de um ano, contado da data de publicação desta lei.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 5 de março de 2009.

Wander Borges

Justificação: A doença de Parkinson é uma enfermidade descrita pela primeira vez em 1817, pelo médico inglês James Parkinson e caracteriza-se pela disfunção ou pela degeneração dos neurônios produtores da dopamina no sistema nervoso central, afetando os movimentos causando tremores, lentidão de movimentos, rigidez muscular, desequilíbrio, alterações na fala e na escrita.

Citada doença é dita idiopática, ou seja, sem causa definida. Acomete qualquer pessoa, independentemente do sexo, raça, cor ou classe social. Contudo, os primeiros sintomas geralmente ocorrem em pessoas com mais de 50 anos de idade. Estudos recentes demonstram que cerca de 1% das pessoas com mais de 65 anos são portadoras da doença de Parkinson. É uma das doenças neurológicas mais freqüentes, visto que sua prevalência situa-se entre 80 e 160 casos por 100 mil habitantes.

Após o surgimento dos sintomas, o curso da enfermidade é progressivo ao longo de 10 a 25 anos, e o agravamento contínuo dos sintomas

promove rigorosas alterações na vida do doente e, freqüentemente, causa profunda depressão.

A lentidão de movimentos é, talvez, o maior problema enfrentado pelo parkinsoniano, uma vez que passa a despender mais tempo para praticar ações anteriormente realizadas com mais desenvoltura. Assim, atividades simples como banhar-se, vestir-se, cozinhar, preencher cheques tornam-se cada vez mais penosas e demoradas. A rigidez muscular também caracteriza a doença.

De evolução lenta e quase sempre progressiva, a doença de Parkinson apresenta sintomas clínicos que incluem tremor, rigidez, acinesia, lentidão de movimentos e alteração da postura. Sintomas não-motores podem aparecer também, entre os quais a sudorese excessiva ou outros distúrbios do sistema nervoso involuntário e problemas psíquicos como depressão e demência. Além desses, o paciente apresenta dificuldade de deglutição, da motricidade gástrica e esofágica, constipação intestinal, problemas vasomotores, da regulação arterial, edemas, dificuldade de regulação da temperatura corporal, perturbações do sono e perda de peso. A síndrome de Parkinson não é fatal, mas fragiliza e predispõe o doente a outras patologias, como pneumonia e outras infecções.

Considerando as graves conseqüências e alterações acarretadas à vida do portador da síndrome, bem como as obscuridades e incertezas que envolvem o tema, necessário se faz a instituição de um serviço de atendimento telefônico destinado a prestar informações acerca da doença de Parkinson.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para levar a efeito uma antiga demanda das entidades de assistência, orientação e acompanhamento da patologia.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Saúde e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 3.080/2009

Declara de utilidade pública o Guarani Esporte Clube, com sede no Município de Formiga.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Guarani Esporte Clube, com sede no Município de Formiga.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 5 de março de 2009.

Inácio Franco

Justificação: O objetivo deste projeto de lei é declarar de utilidade pública o Guarani Futebol Clube, sociedade civil sem fins lucrativos fundada em 8/8/54. O Guarani Futebol Clube tem por finalidade proporcionar a difusão do civismo e da cultura física, principalmente o futebol, podendo realizar reuniões e divertimentos de caráter social e cultural.

Por ser justo, espero contar com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### REQUERIMENTOS

Nº 3.411/2009, do Deputado Ademir Lucas, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao Sr. Gilson de Carvalho Queiroz Filho por sua posse no cargo de Presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais - Crea-MG.

Nº 3.412/2009, do Deputado Ademir Lucas, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso à Sra. Maria dos Anjos Oliveira Silva por sua posse no cargo de Presidente da Associação Comunitária do Bairro Campo Alto, de Contagem. (- Distribuídos à Comissão do Trabalho.)

Nº 3.413/2009, do Deputado Chico Uejo, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. José Éder Leite por sua posse no cargo de Presidente da Associação dos Sindicatos Ruralistas do Oeste Mineiro - Asrom. (- À Comissão de Política Agropecuária.)

Nº 3.414/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Associação dos Funcionários Fiscais do Estado de Minas Gerais - Affemg - por seus 59 anos de fundação. (- À Comissão de Administração Pública.)

Nº 3.415/2009, da Deputada Rosângela Reis, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso à estudante Aline Silva Mattos, da Escola Estadual Nilza Luzia de Souza Butta; às Sras. Márcia Andrade Cardoso Dias e Maria da Silva Feitosa, respectivamente, professora e Diretora dessa Escola, e à Sgt. PM Maria da Conceição Pereira, instrutora do Proerd, pelo 1º lugar conquistado pela aluna, na categoria "redação", no XI Concurso de Redação, Frases e Desenhos - Viva Feliz sem Drogas - Família, Escola e Comunidade: Construindo uma Rede para a Vida. (- À Comissão de Educação.)

Nº 3.416/2009, do Deputado Vanderlei Jangrossi, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Associação Brasileira dos Criadores de Zebu - ABCZ - pela realização da Expozebu. (- À Comissão de Política Agropecuária.)

Nº 3.417/2009, do Deputado Weliton Prado, em que pleiteia sejam solicitadas ao Governador do Estado providências para a liberação imediata de recursos financeiros destinados à aquisição de gêneros alimentícios para o fornecimento de merenda escolar na Escola Estadual Mário Porto. (- À Comissão de Educação.)

Nº 3.418/2009, do Deputado Alencar da Silveira Jr. e outros, em que solicitam seja formulado voto de congratulações com a Cemig pela atuação de sua Gerência de Relacionamento com o Poder Público. (- À Comissão de Minas e Energia.)



Nº 3.419/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Ouro Fino pelos 260 anos de emancipação desse Município. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 3.420/2009, da Comissão de Educação, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao Diretor-Presidente das Faculdades Asmec pelo trabalho realizado pela instituição no Estado.

Nº 3.421/2009, da Comissão de Educação, em que pleiteia sejam solicitadas ao Governador do Estado providências com vistas à concessão de reajuste aos servidores da área administrativa das superintendências regionais de ensino pertencentes às classes que menciona.

Nº 3.422/2009, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhada ao Secretário de Transportes documentação enviada pelo Sr. José Braz, Prefeito de Muriaé, relativa ao trabalho realizado em seu primeiro mandato e às enchentes que atingiram recentemente o Município.

- São também encaminhados à Mesa requerimentos das Comissões de Segurança Pública (3) e de Minas e Energia e do Deputado Ivair Nogueira e outros.

#### Proposições Não Recebidas

- A Mesa, nos termos do inciso III do art. 173 do Regimento Interno, deixa de receber a seguinte proposição:

#### REQUERIMENTO

Do Deputado Ademir Lucas em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao Sr. João Luiz Martins por sua recondução ao cargo de Reitor da Universidade Federal de Ouro Preto.

#### Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Administração Pública, de Educação, de Meio Ambiente, de Assuntos Municipais, de Cultura e do Trabalho e dos Deputados Padre João (2), Paulo Guedes e Carlin Moura.

#### Oradores Inscritos

- Os Deputados Fábio Avelar, Domingos Sávio, Eros Biondini e Getúlio Neiva proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Com a palavra, o Deputado Carlin Moura.

- O Deputado Carlin Moura profere discurso, que será publicado em outra edição.

#### Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença e cumprimenta a todos os que nos assistem das galerias, com especial carinho os estudantes do 3º período do curso de Direito da Fumec.

A Presidência anuncia que hoje é o aniversário do Deputado Djalma Diniz, assim como do Secretário Danilo de Castro. Desejamos felicidades aos dois, em nome da Mesa e dos companheiros desta Casa.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

#### Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

#### Comunicação da Presidência

A Presidência informa ao Plenário que foram recebidos e aprovados, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, os Requerimentos nºs 3.420 e 3.421/2009, da Comissão de Educação, e 3.422/2009, da Comissão de Assuntos Municipais. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

#### Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Administração Pública - aprovação, na 1ª Reunião Ordinária, em 4/3/2009, dos Requerimentos nºs 3.150/2008, do Deputado Leonardo Moreira, 3.191/2008, da Comissão de Participação Popular, 3.211/2009, do Deputado Wander Borges, 3.216/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 3.226/2009, do Deputado Leonardo Moreira, 3.240 a 3.244/2009, do Deputado Wander Borges, 3.247/2009, do Deputado Ademir Lucas, 3.271/2009, do Deputado Leonardo Moreira, 3.277/2009, do Deputado Ademir Lucas, 3.280/2009, do Deputado Domingos Sávio, 3.285/2009, do Deputado Sebastião Costa, 3.289/2009, do Deputado Ademir Lucas, 3.290/2009, do Deputado Délio Malheiros, 3.302/2009, do Deputado Wander Borges, 3.306/2009, do Deputado Ademir Lucas, e 3.326/2009, do Deputado Ruy Muniz; de Educação - aprovação, na 1ª Reunião Ordinária, em 4/3/2009, dos Projetos de Lei nºs 2.063/2008, do Deputado Sargento Rodrigues, 2.913/2008, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, e 2.919/2008, do Deputado Sargento Rodrigues, e dos Requerimentos nºs 3.175/2008, do Deputado Arlen Santiago, 3.189/2008, do Deputado Wander Borges, 3.195/2008, da Comissão de Direitos Humanos, 3.212/2009, do Deputado Wander Borges, 3.219/2009, do Deputado Delvito Alves, 3.296/2009, do Deputado Almir Paraca, 3.300/2009, do Deputado Jayro Lessa, 3.301/2009, do Deputado Ruy Muniz, e 3.314 e

3.315/2009, do Deputado Doutor Viana; de Meio Ambiente - aprovação, na 1ª Reunião Ordinária, em 3/3/2009, dos Projetos de Lei nºs 2.658/2008, do Deputado Hely Tarquínio, 2.889/2008, do Deputado Tiago Ulisses, e 2.904/2008 com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, do Deputado Inácio Franco, e dos Requerimentos nºs 3.106/2008, do Deputado Vanderlei Miranda, 3.190/2008, do Deputado Wander Borges, 3.283/2009, da Deputada Maria Lúcia Mendonça, e 3.338 e 3.343/2009, da Comissão Especial dos Aeroportos; de Assuntos Municipais - aprovação, na 2ª Reunião Ordinária, em 4/3/2009, dos Requerimentos nºs 3.312 e 3.313/2009, da Deputada Ana Maria Resende, 3.325/2009, do Deputado Dinis Pinheiro, 3.328 a 3.332/2009, do Deputado Inácio Franco, e 3.376 a 3.379/2009, do Deputado Doutor Viana; de Cultura - aprovação, na 1ª Reunião Ordinária, em 4/3/2009, do Projeto de Lei nº 782/2007, do Deputado Antônio Carlos Arantes, e dos Requerimentos nºs 3.228 e 3.229/2009, do Deputado Leonardo Moreira, 3.279/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 3.297/2009, do Deputado Fahim Sawan, 3.298/2009, do Deputado Ruy Muniz, 3.308 a 3.310/2009, do Deputado Ademir Lucas, e 3.324/2009, do Deputado Braulio Braz; e do Trabalho - aprovação, na 1ª Reunião Ordinária, em 4/3/2009, dos Projetos de Lei nºs 2.879/2008, da Deputada Gláucia Brandão, e 2.912/2008, do Deputado João Leite, e dos Requerimentos nºs 3.156/2008, da Comissão de Defesa do Consumidor, 3.192/2008, da Comissão de Participação Popular, 3.250/2009, do Deputado Doutor Viana, 3.293/2009, do Deputado Sávio Souza Cruz, 3.323/2009, do Deputado Jayro Lessa, 3.349/2009, da Comissão de Direitos Humanos, e 3.356 a 3.373/2009, do Deputado Leonardo Moreira; e pelos Deputados Paulo Guedes - informando sua renúncia como membro efetivo da Comissão de Educação, Carlin Moura - informando que o PC do B abre mão de sua vaga como membro efetivo da Comissão de Cultura em favor do PT (Ciente. Publique-se.), e Padre João (2) - indicando o Deputado Paulo Guedes como membro efetivo da Comissão de Cultura (Ciente. Designo. Às Comissões.) e informando que o PT abre mão de sua vaga de membro efetivo da Comissão de Educação em favor do PC do B (Ciente. Designo o Deputado Carlin Moura para a referida vaga. Às Comissões.).

#### Despacho de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento do Deputado Ivair Nogueira e outros solicitando a convocação de reunião especial para homenagear a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos pelos 40 anos de sua fundação. A Presidência defere o requerimento de conformidade com o inciso XXI do art. 232 do Regimento Interno.

#### Discussão e Votação de Pareceres

- A seguir, é submetido a discussão e votação e aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.298/2008 (À sanção.).

#### Votação de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento da Comissão de Segurança Pública solicitando seja encaminhado à Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados - FBAC - pedido de providências para a implantação de unidades da Apac no Município de Além Paraíba. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento da Comissão de Segurança Pública solicitando seja encaminhado à Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados - FBAC - pedido de providências para a implantação de unidades da Apac no Município de Betim. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento da Comissão de Segurança Pública solicitando seja encaminhado à Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados - FBAC - pedido de providências para a implantação de unidades da Apac no Município de Itamarandiba. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento da Comissão de Minas e Energia solicitando seja encaminhado ao Presidente da empresa Vale pedido de informação para que se esclareçam as razões pelas quais o núcleo de administração central da referida empresa se localiza na cidade do Rio de Janeiro, e não no Estado de Minas Gerais. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Vem à Mesa requerimento do Deputado Gilberto Abramo solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno para, nos termos do seu § 1º, transferi-la ao Deputado Getúlio Neiva. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 15 minutos. Com a palavra, o Deputado Getúlio Neiva.

- O Deputado Getúlio Neiva profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente (Deputado Hely Tarquínio) - Vem à Mesa requerimento do Deputado Padre João solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 15 minutos. Com a palavra, o Deputado Padre João.

- O Deputado Padre João profere discurso, que será publicado em outra edição.

#### Questão de Ordem

O Deputado Gilberto Abramo - Sr. Presidente, gostaria apenas de fazer menção ao falecimento da ex-Deputada Federal Nísia Flores Carone, viúva do ex-Prefeito Jorge Carone, mãe do ex-Prefeito Jorge Orlando e do ex-Verador Antônio Carlos Carone. Transmito nossos pêsames à família. Não poderíamos deixar de fazer este comentário da tribuna.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de segunda-feira, dia 9, às 14 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 3/3/2009

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Questões de ordem - Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 16/2007; apresentação das Emendas nºs 1 e 2; encerramento da discussão; encaminhamento das emendas com o projeto à Comissão de Meio Ambiente - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 236/2007; questão de ordem; suspensão e reabertura da reunião; encerramento da discussão; votação do Substitutivo nº 1; aprovação; verificação de votação; inexistência de quórum para votação e para a continuação dos trabalhos; anulação da votação - Encerramento.

## Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Maria Lúcia Mendonça - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Pinduca Ferreira - Rômulo Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Tenente Lúcio - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia - Zezé Perrella.

## Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 20h6min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

## 1ª Parte

### Ata

- O Deputado Hely Tarquínio, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

### 2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

## Questões de Ordem

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente, gostaria de relatar aqui um acontecimento dos últimos 10 dias, como lembrou bem o companheiro Ademir Lucas, torcedor de um grande time, o América Futebol Clube. Falo como torcedor do futebol mineiro. O que está acontecendo hoje na Federação Mineira de Futebol? Temos um jogo marcado para o próximo domingo entre o América e o Ituiutaba às 11 horas da manhã, no Triângulo Mineiro, com a temperatura como está. Podemos pedir aqui a opinião dos colegas e ter a oportunidade de conversar numa comissão com o companheiro João Leite, o próprio Zezé Perrella e outros que já viveram e vivem o futebol mineiro. Como Presidente do América, conversamos, mostramos as dificuldades e solicitamos à Federação o adiamento desse jogo, e a resposta foi negativa. Então apresentamos nesta Casa um projeto de lei que vai proibir a Federação de realizar jogos de futebol de times profissionais das 10 horas da manhã às 14 horas. Venho pedir o apoio desta Casa. Com todo o respeito que tenho pelo companheiro Paulo Schettino, não podemos mais deixar que a Federação aja de forma arbitrária nesse aspecto. Entrei com esse projeto e solicitei que, no final do mês, a comissão promova uma grande discussão, trazendo aqui companheiros da imprensa, que ali estarão trabalhando, para mostrar a dificuldade que é trabalhar e principalmente jogar no Triângulo Mineiro com a temperatura elevadíssima. Peço o apoio desta Casa. Tenho certeza de que atletas como o companheiro João Leite, que foi um profissional do futebol, entende perfeitamente o que estamos falando. É uma questão de saúde pública. Alguns companheiros falam: "Jogador de futebol tem de jogar a qualquer hora". Não é assim. Não tem como fazer futebol nesse horário. E quero lembrar, Deputado Ademir Lucas, mais uma vez, que só em Minas Gerais são realizados jogos de futebol às 11 horas da manhã. Isso é um absurdo. Teremos um jogo nesse horário no próximo domingo. Tivemos a informação de que jogadores passaram mal no Estádio Rio Branco em outros jogos por causa do calor. São profissionais que têm de ser, acima de tudo, respeitados por essa Federação. Fica aqui o protesto deste torcedor do futebol mineiro. Isso não pode acontecer, e não temos como aceitar isso. Se a Federação não faz a parte dela, vamos fazer leis que deverão ser cumpridas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, quero aproveitar o gancho do Deputado Alencar da Silveira Jr., Vice-Presidente do América. Esta Casa vai ter de tomar uma providência - e até solicito a atenção do Deputado João Leite - quanto ao desrespeito da Ademg com os torcedores de Minas Gerais, em especial com os torcedores do Clube Atlético Mineiro. O que tem acontecido no Mineirão nos últimos dias deve-se à incompetência, à irresponsabilidade tanto do Atlético quanto da Ademg, que conheço bem. Não há lógica, em um jogo, no fato de, havendo uma torcida única, ela ficar brigando para comprar ingressos e entrar no Mineirão. Deputado João Leite, precisamos tomar alguma providência - V. Exa. é da Frente Parlamentar do Esporte -, pois considero isso um desrespeito. Se acontecesse apenas uma vez, compreenderíamos, mas isso tem ocorrido todos os domingos, nos jogos do Atlético. Não falei do Cruzeiro. O maior absurdo, Sr. Presidente, aconteceu nesse sábado, no jogo entre Atlético e Uberlândia. Ao adentrar no Mineirão, com meus dois sobrinhos, encontrei um cambista vendendo ingressos mais barato que na bilheteria. Não consigo entender isso. Teria comprado um para ter uma prova do que está acontecendo na Ademg, mas fiquei preocupado em ter muita amolação naquele momento: Deveria chamar a polícia, para talvez até prender o coitado do cambista, que não sei nem se tem culpa, pois devia estar a serviço de alguém e eu estava com dois meninos. Se estivesse sozinho, teria enfrentado a situação. Está passando da hora de esta Casa tomar providências em relação ao Mineirão e à Ademg, que continua fazendo o que quer. A irresponsabilidade de seus funcionários é muito grande. Quero ver o que farão no dia em que tivermos uma tragédia no estádio. E faço aqui esta denúncia: eles não podem abrir um portão para outro setor, no caso de lotação, somente porque o torcedor comprou ingresso para um setor determinado. Se os torcedores compram ingresso para um determinado setor e ele enche, não podem abrir o portão para as pessoas ocuparem outro espaço. Um lado do Mineirão fica superlotado, um torcedor sobre o outro, com o risco de acontecer uma tragédia; e o outro lado, com as mesmas características e o mesmo preço, apenas com a palavra "setor" diferente, fica vazio. Sr. Presidente, parece que não é afeto ao Poder Legislativo discutir alguns assuntos, mas a Ademg é um órgão do Estado, e considero nossa responsabilidade apurar o que está acontecendo para evitarmos uma tragédia no Mineirão - tragédia essa já pré-anunciada - que poderá acontecer em decorrência da incompetência e da irresponsabilidade daqueles que militam no esporte de Minas Gerais. Falei do meu time, o Clube Atlético Mineiro, e da Ademg. Nos últimos dois jogos do Atlético, com um público de apenas 23 mil pessoas, não conseguiram dar vazão à venda de ingressos. O Mineirão já teve 130 mil torcedores comprando ingressos nas suas portas, sem problemas. Agora alegam que os torcedores devem comprar seus ingressos antecipadamente. Deputado João Leite, precisamos discutir esse assunto. A própria imprensa e a Ademg se esquecem de que aos jogos do Mineirão não vão apenas pessoas de Belo Horizonte. Estão se esquecendo daqueles que vêm do interior, que decidem ver o jogo na última hora. Em um jogo de 20 mil pessoas, o torcedor que vem passear com a família enfrenta problemas na compra de ingressos. Deixo aqui o meu protesto, aproveitando a palavra do Deputado Alencar da Silveira Jr. Esta Assembleia deverá tomar uma posição quanto à postura da Ademg, pois a irresponsabilidade por seus problemas continua. Apresentei um requerimento pedindo algumas informações, e o encobriram. Se o fizeram, é porque existem problemas, que acontecem diariamente.

## Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 16/2007, do Deputado Eros Biondini, que obriga a implantação, no Estado, do processo de coleta seletiva de lixo em "shopping centers" e outros estabelecimentos que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Turismo perdeu prazo para emitir parecer. As Comissões de Meio Ambiente e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

- Vêm à Mesa:

emendas ao projeto de lei nº 16/2007

emenda nº 1

Acrescente-se onde convier o seguinte artigo:

"Art. ... - O material coletado pelos órgãos e entidades será doado a associações e cooperativas de catadores de lixo e, na falta delas, a instituições congêneres."

Sala das Reuniões, 3 de março de 2009.

André Quintão

emenda nº 2

O art. 4-B, integrante do art. 1º do Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei nº 16/2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - A Lei nº 13.766, de 30 de novembro de 2000, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 4º-B, 4º-C e 4º-D:

‘ Art. 4º-B - Os órgãos e entidades dos Poderes do Estado, as empresas de grande porte, os ‘shopping-centers’ que possuam um número superior a cinquenta estabelecimentos comerciais, os condomínios industriais com cinquenta ou mais estabelecimentos, os condomínios residenciais com cinquenta ou mais habitações ficam obrigados a instituir a coleta seletiva de lixo.’."

Sala das Reuniões, 3 de março de 2009.

André Quintão

Justificação: Esta emenda reproduz parte do Projeto de Lei nº 1.020/2007, de minha autoria, que foi anexado a este Projeto de Lei nº 16/2007.

Consideramos fundamental a extensão da coleta seletiva de lixo aos órgãos e entidades do Estado, que produzem volume considerável de material reciclável. Assim, contamos com a aprovação desta emenda e sua incorporação ao Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. A Presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foram apresentadas ao projeto duas emendas do Deputado André Quintão, que receberam os nºs 1 e 2, e que, nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno, encaminha as emendas com o projeto à Comissão de Meio Ambiente, para parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 236/2007, do Deputado Carlin Moura, que dispõe sobre afixação, nas recepções dos hospitais da rede pública do Estado de Minas Gerais, da Cartilha dos Direitos do Paciente. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela rejeição do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Questão de Ordem

**O Deputado Antônio Júlio** - Verificando, de plano, que não há quórum nem mesmo para discussão, solicito que V. Exa. faça a recomposição de quórum antes do encerramento da discussão.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência, nos termos do § 4º do art. 249 do Regimento Interno, suspende a reunião por 1 minuto para que se configure o quórum necessário para a continuação dos trabalhos. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos. Em discussão, o projeto. **Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.**

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que o façam neste momento.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram apenas 21 Deputados. Portanto, não há quórum para votação nem para a continuação dos trabalhos. A Presidência torna a votação sem efeito.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 4, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 58ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 15/9/2008

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Tiago Ulisses, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Carena Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de reformas em "layouts" e fornecimento de paredes divisórias, armários, balcões, bancadas e acessórios – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestação da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; requerimento de natureza administrativa do Deputado José Henrique – parecer favorável, aprovado; requerimento de natureza administrativa do Deputado Ademir Lucas – parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a empresa Elevadores Atlas Schindler S.A., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em onze elevadores, com o fornecimento de peças e componentes – parecer favorável à contratação, resultante do Processo Licitatório nº 060/2008 – Pregão Eletrônico nº 054/2008, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 22 de setembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 22 de setembro de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

#### ATA DA 59ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 22/9/2008

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Tiago Ulisses, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, o processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a MISA – Engenharia e Estrutura Ltda., tendo como objeto a elaboração de projetos de passarelas de acesso às máquinas de ar condicionado, avaliação e emissão de laudo para utilização de plataforma móvel em serviços de manutenção no andar térreo, em torno do Palácio da Inconfidência – parecer favorável à contratação, feita por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, I, da Lei Federal nº 8.666/93, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; ao Deputado Tiago Ulisses, Projeto de Resolução nº 2.748/2008, da Mesa da Assembléia, que aprova apresentação de proposta de emenda à Constituição Federal – parecer, para o 1º turno, pela aprovação do projeto, com a emenda nº 1, aprovado; Projeto de Resolução nº 2.749/2008, da Mesa da Assembléia, que aprova apresentação de proposta de emenda à Constituição Federal – parecer, para o 1º turno, peça aprovação do projeto, com a Emenda nº 1, aprovado; Projeto de Resolução nº 2.750/2008, da Mesa da Assembléia, que aprova apresentação de proposta de emenda à Constituição Federal – parecer, para o 1º turno, pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 1, aprovado; Projeto de Resolução nº 2.751/2008, da Mesa da Assembléia, que aprova apresentação de proposta de emenda à Constituição Federal – parecer, para o 1º turno, pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 1, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 27/6/08, a servidora Maria das Graças de Paiva Oliveira, ocupante do cargo de Oficial de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 18/8/08, a servidora Fausta de Miranda Moreira, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 29 de setembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 29 de setembro de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

#### ATA DA 60ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 29/9/2008

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Tiago Ulisses, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil da Assembléia Legislativa, referente ao mês de agosto de 2008, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 2ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil do Fundo de Apoio Habitacional da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais – FUNDHAB – referente ao mês de agosto de 2008, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 3ª) aprova as prestações de contas dos Deputados referentes à aplicação, até 29/8/2008, dos recursos inerentes à verba indenizatória de que trata a Deliberação da Mesa nº 2.331, de 30 de abril de 2003. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a RPS – Rios, Projetos e Sistemas Ltda., tendo como objeto a cessão de uso, supervisão e manutenção do Sistema

Informatizado de Administração Financeira e Controle Interno – SAFCI, da Assembléia e seus fundos – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Finanças e Contabilidade, de Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a LTA-RH Informática, Comércio, Representações Ltda., tendo como objeto a aquisição de duzentos e cinquenta microcomputadores e prestação de assistência técnica durante o prazo de garantia – parecer favorável à contratação, realizada através do Pregão Eletrônico nº 235/2007, por adesão à Ata de Registro de Preços nº 62/2007, do Município de Limeira, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Sistemas de Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 6 de outubro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 6 de outubro de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

#### ATA DA 61ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 6/10/2008

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Tiago Ulisses, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de aditamento ao convênio celebrado entre esta Assembléia Legislativa e o Senado Federal, através da TV Senado, tendo como objeto a colaboração mútua no campo comum de atividades jornalísticas, educativas e culturais – parecer favorável à prorrogação, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e Myriam Costa de Oliveira, tendo como objeto o levantamento completo dos projetos institucionais de interlocução com a sociedade civil realizados pela ALMG e acompanhamento da revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – parecer favorável à contratação, com inexigibilidade de licitação, com base no art. 25, II, da Lei Federal nº 8.666/93, autorizando a despesa, considerando manifestações da Secretaria-Geral da Mesa, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Laser Toner do Brasil Ltda., tendo como objeto os serviços de remanufaturamento de cartuchos de toner diversos – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a União Tricordiana das Associações de Moradores – UTAM, do Município de Três Corações, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis para a Casa – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre o Estado de Minas Gerais, através da Polícia Civil e da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa – FUNDEP, com intervenção da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, tendo por objeto o estabelecimento de base de cooperação técnica e mútua entre a Polícia Civil e a FUNDEP, com a intervenção da Assembléia Legislativa, para o desenvolvimento da fase de investigação social dos candidatos inscritos e aprovados nas demais fases do Concurso Público a que se refere o Edital nº 01/2007 – parecer favorável, considerando manifestações da Diretoria de Recursos Humanos, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; requerimento de natureza administrativa do Deputado Sebastião Helvécio – parecer favorável, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 2/9/08, a servidora Maria de Fátima Silva Davite de Andrade, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 26/8/08, o servidor Ezequiel de Melo Campos Filho, ocupante do cargo efetivo de Procurador, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; aposentando, por invalidez, a partir de 25/7/08, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados em conformidade com os §§ 3º e 17 do art. 40 da Constituição Federal, e com a Lei Federal nº 10.887, de 18/6/04, a servidora Amália Loyola Murta de Souza, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 13 de outubro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 13 de outubro de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

#### ATA DA 62ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 13/10/2008

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Tiago Ulisses, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide pela anulação do Pregão Eletrônico nº 025/2008, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de solução completa para digitalização dos processos de captura (ingest), edição, armazenamento e automação da exibição (playout) dos conteúdos de áudio e vídeo da TV Assembléia, com base nos Pareceres de nºs 4.999/2008 e 5.005/2008, da Procuradoria-Geral da Casa. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a empresa Elevadores Atlas Schindler S/A., tendo como objeto a prestação de serviços de engenharia especializada para manutenção preventiva e corretiva em doze elevadores, com fornecimento de peças e componentes e adequação de sete cabinas de elevadores Atlas – parecer favorável à retificação de valores constantes no ADT/60/08, ratificando-se todas as demais cláusulas e condições do contrato originário, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Associação de Pequenos Produtores Rurais de Carbonita, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis para a Casa – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a A.A.A. Teletron Casa do Portão Eletrônico Comércio e Indústria Ltda., tendo como objeto o fornecimento, instalação e serviços de manutenção em portões, cancelas e interfones – parecer favorável à contratação, através do Pregão Eletrônico nº 66/2008, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Via das Flores Ltda., tendo como objeto o fornecimento de flores naturais e ornamentação para eventos – parecer favorável à ampliação do objeto em 25% (vinte e cinco por cento), autorizando a despesa, considerando manifestações da Coordenação de Relações Públicas e Cerimonial, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a empresa Extintores Rival do Fogo Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de assistência técnica permanente em sistema convencional de combate a incêndio, constituído por extintores, hidrantes e mangueiras, nas dependências da ALMG e anexos, inclusive garagens – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Coordenação de Orientação e Segurança, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado

entre esta Assembléa Legislativa e a Associação dos Moradores do Bairro do Rosário, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis para a Casa – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléa Legislativa e a Associação Beneficente de Citrolândia Divino Ferreira Braga, do Município de Betim, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis para a Casa – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléa Legislativa e a MC Consultoria Ltda. (Vox Populi), tendo como objeto a prestação de serviços de consultoria nas áreas de opinião pública, análise de cenário e assessoramento estratégico – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. A seguir, a Mesa opina favoravelmente à abertura de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, tendo em vista a contratação de mão-de-obra para realização de serviços de operação dos sistemas eletrônicos e de áudio e vídeo da Diretoria de Rádio e Televisão da ALMG, demais especificações, conforme solicitação da Gerência-Geral de Rádio e Televisão. Isso posto, a Mesa opina favoravelmente à concessão de licença especial ao servidor Wagner Ribeiro, para realizar parte de seu curso de doutorado em Ciências Sociais no Instituto de Governo e Políticas Públicas da Universidade Autônoma de Barcelona, na Espanha, pelo período de 7 de janeiro a 30 de junho de 2009. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 20 de outubro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 20 de outubro de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Deputado Alencar da Silveira Jr.

#### ATA DA 63ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 20/10/2008

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Tiago Ulisses, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil da Assembléa Legislativa referente ao mês de setembro de 2008, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 2ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil do Fundo de Apoio Habitacional da Assembléa Legislativa do Estado de Minas Gerais – FUNDHAB – referente ao mês de setembro de 2008, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 3ª) aprova as prestações de contas dos Deputados referentes à aplicação, até 30/9/2008, dos recursos inerentes à verba indenizatória de que trata a Deliberação da Mesa nº 2.331, de 30 de abril de 2003. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléa Legislativa e a Belta Tecnologia Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de análise, avaliação e diagnóstico da qualidade do ar em ambientes climatizados do Palácio da Inconfidência – parecer favorável à contratação, com dispensa de licitação em função do valor, nos termos do art. 24, II, da Lei Federal nº 8.666/93, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléa Legislativa e a Gerinfor Gerência de Informação Ltda., tendo como objeto a realização de serviços de microfilmagem de documentos – parecer favorável à contratação, realizada através do Pregão Eletrônico nº 048/2008, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Documentação e Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléa Legislativa e a Associação Regional de Proteção Ambiental de Aimorés – ARPA, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis para a Casa – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléa Legislativa e a Construtora Mattos Baracho Ltda., tendo como objeto a reforma da entrada da garagem do andar 1S, situada na Rua Dias Adorno, e no Salão Amarelo, situado no andar SE do Palácio da Inconfidência – parecer favorável à contratação, realizada através do Pregão Eletrônico nº 064/2008, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléa Legislativa e a BMC Distribuidora de Livros Ltda., tendo como objeto o fornecimento de livros para a Biblioteca Camilo Prates – parecer favorável à ampliação do objeto em 25% (vinte e cinco por cento), autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Documentação e Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléa Legislativa e a Artebrilho Multiserviços Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de condução de veículos automotores – parecer favorável à revisão de preço contratual, em razão do aumento salarial da categoria de motorista em 5,16% (cinco vírgula dezesseis por cento) resultante da Convenção Coletiva de 2008, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 23 de outubro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 23 de outubro de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

#### ATA DA 64ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 27/10/2008

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Tiago Ulisses, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, através da Deliberação nº 2.433/2008, altera dispositivos das Deliberações da Mesa nº 1.864, de 31 de março de 2000, e nº 2.334, de 29 de julho de 2003. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléa Legislativa e a Referencial Comércio e Montagens Industriais Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de instalações de sistemas de prevenção e combate a incêndio do Palácio da Inconfidência, do Edifício Tiradentes e do Anexo localizado na Rua Dias Adorno nº 300 – parecer favorável à contratação, realizada através do Processo Licitatório nº 066/2008, Pregão Eletrônico nº 060/2008, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléa Legislativa e a Cottar Manutenções Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de instalações, consertos, reparações e manutenções prediais nas dependências do Palácio da Inconfidência, Edifício Tiradentes e seus anexos – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléa Legislativa e a Fundação Clóvis Salgado, tendo como objeto a concessão do direito de uso, pela Assembléa, do espaço cultural Palácio das Artes, para realização do evento da entrega da Medalha do Mérito Legislativo – parecer favorável, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo

contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, tendo como objeto a prestação de serviços e venda de produtos – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a ABC Táxi Aéreo S.A., tendo como objeto a prestação de serviços de hangaragem de uma aeronave Xingu – parecer favorável à contratação, resultado do Processo Licitatório nº 080/2008, Pregão Eletrônico nº 074/2008, autorizando a despesa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a SJT Informática Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de informática – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Sistemas de Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte – ASSPROM, tendo como objeto a execução de atividades auxiliares de adolescentes trabalhadores – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a WMW Sistemas de Vídeo Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva; elaboração e execução de projetos de instalação e remanejamento de equipamentos novos ou já existentes; consultoria técnica, suporte técnico e treinamento para a utilização de equipamentos e acessórios de captação de áudio e vídeo, de cópiagem de fitas, de edição, de distribuição e exibição de sinais de rádio e televisão e de circuito interno de televisão – parecer favorável à alteração quantitativa do objeto, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Rádio e Televisão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Isso posto, a Mesa opina favoravelmente à abertura de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, para a contratação de empresa especializada na prestação de serviço móvel pessoal (SMP) com fornecimento de quatrocentos acessos, na forma de plano corporativo, demais especificações, conforme solicitação da Gerência-Geral de Suporte Logístico. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 3 de novembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 3 de novembro de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

#### ATA DA 65ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 3/11/2008

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Tiago Ulisses, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, o processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Xerox Comércio e Indústria Ltda., tendo como objeto a compra de vinte e uma mil, duzentas e sessenta resmas de papel A-4 – parecer favorável à contratação, com base no Pregão Eletrônico nº 02/2008, do INSS, Regional Belo Horizonte, e Ata de Registro de Preços nº 14/2008, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: à vista do disposto no art. 40, I, da Constituição Federal, com a nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/03, das disposições contidas na Lei Complementar nº 64, de 25/3/02, nas Leis nºs 15.014, de 15/1/04, 16.833, de 20/7/07, e 17.637, de 14/7/08, e no laudo médico da Coordenação de Saúde e Assistência, datado de 3/10/08, aposentando, por invalidez, a partir de 3/10/08, com proventos integrais, calculados em conformidade com os §§ 3º e 17 do art. 40 da Constituição Federal, com a Lei Federal nº 10.887, de 18/6/04, o servidor Ricardo Nascimento Hastenreiter, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 1º/10/08, a servidora Cecília Maria Cançado Xavier Nascimento, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 10 de novembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 10 de novembro de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

#### ATA DA 66ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 10/11/2008

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Tiago Ulisses, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Associação dos Servidores Aposentados da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais – APLEMG, tendo como objeto a viabilização da averbação de consignação na folha de pagamento dos servidores aposentados, em ocorrência de interesse comum das partes – parecer favorável, considerando manifestações da Diretoria de Recursos Humanos, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa, através de seu PROCON, e o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, tendo como objeto o estabelecimento de cooperação técnica mútua entre os participantes, visando à realização de palestras educativas nas unidades de atendimento ao trabalhador – SINE de Minas Gerais – parecer favorável, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 17 de novembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 17 de novembro de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

#### ATA DA 44ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 10/9/2008



Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Tiago Ulisses, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide dispor sobre a aplicação da Súmula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal, no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Associação Beneficente Atitude – ABAT, do Município de Santa Luzia, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis para a Casa – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Angelândia, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis para a Casa – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Comunidade Kolping Rainha da Paz, do Município de Ribeirão das Neves, tendo como objeto a doação de um microcomputador, inservível para a Casa – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de afetação a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Escola Estadual Padre José Venâncio, do Município de Pains, tendo como objeto a afetação patrimonial de dois microcomputadores, inservíveis para a Casa – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 15 de setembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 15 de setembro de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

#### ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 23/10/2008

Às 10 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Tiago Ulisses, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e o Instituto de Integração Relacional S/C Ltda., tendo como objeto a apresentação de palestra sobre o tema "Qualidade de Vida", a ser ministrada pelo Doutor Içami Tiba – parecer favorável à contratação, nos termos do art. 25, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a empresa Balaio de Gato Produções Artísticas Ltda., tendo como objeto a apresentação do cantor Vander Lee, na Semana do Servidor – parecer favorável à contratação, feita nos termos do art. 25, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 27 de outubro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 27 de outubro de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

#### ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 17/2/2009

Às 15h7min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Braulio Braz e Dimas Fabiano, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Ana Maria Resende, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dimas Fabiano, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente, determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado Dimas Fabiano para atuar como escrutinador. Procedendo-se à contagem dos votos, verifica-se a eleição dos Deputados Braulio Braz e Ronaldo Magalhães para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, ambos com três votos. A Presidente "ad hoc" declara empossado o Presidente eleito, a quem passa a direção dos trabalhos. O Deputado Braulio Braz comunica que as reuniões ordinárias se realizarão às quartas-feitas às 14h30min. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de março de 2009.

Braulio Braz, Presidente - Ademir Lucas - Dimas Fabiano.

### EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 14 horas do dia 9/3/2009, destinada à comemoração do Dia Internacional da Mulher.

Palácio da Inconfidência, 6 de março de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 18.865

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Lafayette de Andrada, Tiago Ulisses, Almir Paraca e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 9/3/2009, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutir e votar o parecer para o turno único do Veto Total à Proposição de Lei nº 18.865, do Governador do Estado, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 6 de março de 2009.

Domingos Sávio, Presidente.

### TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.441/2008

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

#### Relatório

De autoria do Deputado Luiz Tadeu Leite, o projeto de lei em epígrafe visa a declarar de utilidade pública a Pastoral do Menor da Paróquia São João Batista, com sede no Município de Montes Claros.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou, cabe a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.441/2008 pretende declarar de utilidade pública a Pastoral do Menor da Paróquia São João Batista, com sede no Município de Montes Claros, que tem por escopo promover atividades de assistência social visando amparar crianças e adolescentes carentes. Com esse propósito, realiza ações nas áreas de cultura e educação, objetivando a inserção de seus beneficiados no mercado de trabalho, a defesa e garantia de seus direitos.

Cabe ressaltar que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem como finalidade adequar o nome da entidade ao consubstanciado no art. 1º de seu estatuto.

Diante dessas considerações, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

#### Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.441/2008, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 5 de março de 2009.

Cecília Ferramenta, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.664/2008

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

#### Relatório

De autoria do Deputado Leonardo Moreira, o projeto de lei em epígrafe visa a declarar de utilidade pública o Lar dos Velhinhos, com sede no Município de Pouso Alto.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.664/2008 pretende declarar de utilidade pública o Lar dos Velhinhos, com sede no Município de Pouso Alto, entidade sem fins lucrativos, de caráter assistencial, cultural, recreativo e educacional, que tem como finalidade promover o desenvolvimento da comunidade e a melhoria do convívio das pessoas da terceira idade. Para a consecução de seu objetivo, representa a população idosa junto a órgãos públicos e privados, buscando solução para seus problemas.

Diante dessas considerações, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

#### Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.664/2008, em turno único.

Sala das Comissões, 5 de março de 2009.

Cecília Ferramenta, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.892/2008

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Durval Ângelo, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Comunitária de Desenvolvimento do Volta Grande – Acovog –, com sede no Município de Itanhomi.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.892/2008 pretende declarar de utilidade pública a Associação Comunitária de Desenvolvimento do Volta Grande, com sede no Município de Itanhomi, entidade sem fins lucrativos, que tem por finalidade apoiar, coordenar e promover iniciativas que visem ao desenvolvimento social, técnico, econômico, cultural, educativo e desportivo, de seus associados, além da promoção da assistência à saúde de seus membros e do estímulo ao turismo no Município.

Com esse propósito, estuda as necessidades e condições econômicas e sociais da comunidade em que atua e busca encontrar soluções adequadas para seus problemas; incentiva o trabalho comunitário; desenvolve ações voltadas para a proteção da saúde da família, da maternidade, da infância, da adolescência e da velhice; promove o combate à fome e à pobreza, buscando a melhoria da situação socioeconômica de seus membros, alternativas para a comercialização de sua produção, bem como a compra comum de materiais, insumos e equipamentos.

Diante dessas considerações, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.892/2008, em turno único.

Sala das Comissões, 5 de março de 2009.

Cecília Ferramenta, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.907/2008

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria da Deputada Elisa Costa, o projeto de lei em epígrafe visa a declarar de utilidade pública a Associação Comunitária Nossa Senhora do Desterro Unidos sem Terra, com sede no Município de Jordânia.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.907/2008 pretende declarar de utilidade pública a Associação Comunitária Nossa Senhora do Desterro Unidos sem Terra, com sede no Município de Jordânia, que tem como principal finalidade contribuir para a promoção integral do ser humano, despertando a consciência de seus direitos e deveres como cidadão, em clima de harmonia e respeito.

Visando à consecução de seu objetivo, realiza estudos e levantamentos socioeconômicos dos moradores do Município relacionados com a habitação, a saúde, a segurança, o saneamento básico, a urbanização, o ensino, o transporte, o abastecimento e o lazer e implementa ações para melhoria das condições de vida da comunidade, especialmente no que se refere à manutenção de creche, ao desenvolvimento de atividades sociais e desportivas e ao encaminhamento de sugestões e reivindicações ao poder público. Além disso, promove ações para aquisição de terra e formação de cooperativas entre seus associados; divulga a cultura por meio de círculos de estudos, conferências e cursos, inclusive os de alfabetização e profissionalizante, e luta em defesa da proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência e ao patrimônio artístico e histórico local.

Diante dessas considerações, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.907/2008, em turno único, na forma original.

Sala das Comissões, 4 de março de 2009.

Walter Tosta, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.909/2008

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria da Deputada Maria Lúcia Mendonça, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública o Conselho Central de Cataguases da Sociedade de São Vicente de Paulo, com sede no Município de Cataguases.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.909/2008 pretende declarar de utilidade pública o Conselho Central de Cataguases da Sociedade de São Vicente de Paulo, órgão executivo da referida Sociedade, vinculado ao Conselho Metropolitano de Juiz de Fora, encarregado de promover as atividades beneficentes, caritativas, culturais, promocionais e de assistência social na área territorial compreendida pelos Municípios de Leopoldina, Cataguases, Dona Euzébia, Astolfo Dutra, Além Paraíba e Argirita.

Em sua jurisdição, está a serviço das Conferências, dos Conselhos Particulares e das Obras Unidas e Especiais da Sociedade de São Vicente de Paulo, estimulando-o ao exercício da caridade no campo da assistência social e da promoção humana.

Diante dessas considerações, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.909/2008, em turno único.

Sala das Comissões, 4 de março de 2009.

Walter Tosta, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.967/2009

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

Por intermédio da Mensagem nº 340/2009, o Governador do Estado enviou a esta Casa o projeto de lei em epígrafe, que tem por objetivo dar denominação a escola estadual de ensino fundamental e médio situada no Município de Ribeirão das Neves.

A proposição foi publicada no "Diário do Legislativo" de 5/2/2009 e, a seguir, encaminhada a este órgão colegiado a fim de ser examinada preliminarmente quanto aos aspectos de juridicidade, constitucionalidade e legalidade, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.967/2009 tem como finalidade dar a denominação de Washington Modesto Gontijo de Faria à escola estadual de ensinos fundamental e médio situada na Rua 27, 52, no Bairro San Marino, Município de Ribeirão das Neves.

No que se refere à competência normativa, as matérias que só podem ser reguladas pela União, de interesse nacional, estão enumeradas no art. 22 da Constituição da República. As que cabem ao Município estão previstas no art. 30, que lhe assegura a prerrogativa de editar normas sobre assuntos de interesse local e complementar as legislações federal e estadual, para atender às suas peculiaridades. Para o Estado, a regra básica está consagrada no § 1º do art. 25, que lhe faculta tratar das matérias que não se enquadram no campo privativo da União ou do Município.

À luz dos dispositivos mencionados, a denominação de próprios públicos não constitui assunto de competência privativa da União ou do Município, podendo ser objeto de disciplina jurídica por parte do Estado membro.

Com base nessa prerrogativa, foi editada a Lei nº 13.408, de 1999, que dispõe sobre a matéria, estabelecendo a exigência de que o homenageado seja falecido e que se tenha destacado por serviços prestados à coletividade.

Ademais, a Constituição do Estado, no art. 66, não inseriu o assunto no domínio da iniciativa reservada à Mesa da Assembleia ou aos titulares do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas ou do Ministério Público, sendo adequada a apresentação do projeto pelo Chefe do Poder Executivo, a quem cabe a organização da administração pública.

Conclusão

Em vista do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 2.967/2009.

Sala das Comissões, 3 de março de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Delvito Alves, relator - Padre João - Ronaldo Magalhães.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.983/2009

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Antônio Júlio, o projeto de lei em tela visa a declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Brás Pires - Apae de Brás Pires, com sede nesse Município.

A proposição foi publicada no "Diário do Legislativo" de 6/2/2009 e encaminhada a esta Comissão, para exame preliminar dos aspectos referentes à juridicidade, constitucionalidade e legalidade, conforme dispõe o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.983/2009 objetiva declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Brás Pires.

Os requisitos para que as associações e fundações em funcionamento no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão elencados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o atendimento às exigências mencionadas na referida lei, pois ficou comprovado que a entidade foi constituída, funciona há mais de um ano e tem personalidade jurídica e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, que nada recebem pelos respectivos cargos.

Ressalte-se, ainda, que o § 2º do art. 14 do seu estatuto determina que o exercício dos cargos de direção e do conselho fiscal será inteiramente gratuito e o parágrafo único do art. 46 preceitua que, no caso de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a instituição congênere, com personalidade jurídica, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social ou a entidade pública.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 2.983/2009.

Sala das Comissões, 3 de março de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Delvito Alves, relator - Padre João - Ronaldo Magalhães.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.007/2009

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Antônio Carlos Arantes, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Conselho Comunitário dos Moradores do Bairro Vila Samantha, com sede no Município de Paraguaçu.

A matéria foi publicada no "Diário do Legislativo" de 12/2/2009 e distribuída a esta Comissão a fim de ser examinada preliminarmente quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.007/2009 tem por finalidade declarar de utilidade pública o Conselho Comunitário dos Moradores do Bairro Vila Samantha, com sede no Município de Paraguaçu.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Ressalte-se que, no estatuto constitutivo da instituição, o parágrafo único do art. 5º determina que as atividades dos membros dos órgãos da administração não serão remuneradas; e o art. 27 dispõe que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a instituição congênere, com personalidade jurídica, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social.

Embora não haja óbice à tramitação do projeto de lei em análise, apresentamos a Emenda nº 1, para adequar o nome da entidade ao consubstanciado no art. 1º de seu estatuto.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 3.007/2009 com a Emenda nº 1, a seguir apresentada.

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Conselho dos Moradores do Bairro Vila Samantha, com sede no Município de Paraguaçu. ".

Sala das Comissões, 3 de março de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente e relator - Ronaldo Magalhães - Padre João - Delvito Alves.

#### Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 2.298/2008

##### Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.298/2008, de autoria do Deputado Agostinho Patrús Filho, que altera a destinação prevista para o imóvel doado ao Município de Senhora dos Remédios, nos termos da Lei nº 16.311, de 7 de agosto de 2006, e revoga o parágrafo único de seu art. 1º e o art. 2º, foi aprovado no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

#### PROJETO DE LEI Nº 2.298/2008

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Senhora dos Remédios o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Senhora dos Remédios imóvel com área de 2.040m<sup>2</sup> (dois mil e quarenta metros quadrados), situado na Rua Antônio Rodrigues Milagres, naquele Município, registrado sob o nº 3.404, a fls. 211 do Livro 2-L, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Barbacena.

Parágrafo único – O imóvel a que se refere o "caput" destina-se a implantação de área de lazer para a comunidade.

Art. 2º – O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º – Fica revogada a Lei nº 16.311, de 7 de agosto de 2006.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 4 de março de 2009.

Braulio Braz, Presidente - Dimas Fabiano, relator - Ademir Lucas.

## MANIFESTAÇÕES

### MANIFESTAÇÕES

A Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com a comunidade de São José do Alegre pelo transcurso do 55º aniversário de emancipação do Município (Requerimento nº 3.153/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de aplauso ao Sr. Miguel Soares Santana, policial civil, por sua atuação na apuração da morte de Roberta Regina Severi Silva, ocorrida no Município de Sabará (Requerimento nº 3.159/2008, da Comissão de Direitos Humanos);

de congratulações com a comunidade de Maravilhas pelo transcurso do 55º aniversário de emancipação do Município (Requerimento nº 3.177/2008, do Deputado Inácio Franco);

de congratulações com o Sr. Geraldo Cunha, Presidente da Câmara Municipal de Pouso Alegre, por seu desempenho no cargo, pela inauguração da sede do Legislativo Municipal e pelo fato de essa Casa ter concedido o título de Cidadão Honorário de Pouso Alegre ao Vice-Governador do Estado e ao Secretário de Saúde (Requerimento nº 3.187/2008, do Deputado Carlos Mosconi);

de congratulações com a comunidade de Cruzília pelo transcurso do 60º aniversário de emancipação do Município (Requerimento nº 3.188/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de Carmo de Cajuru pelo transcurso do 60º aniversário de emancipação do Município (Requerimento nº 3.206/2009, do Deputado Inácio Franco);

de repúdio ao Sr. Waldir Silva Salvador de Oliveira, ex-Prefeito e atual Secretário de Planejamento de Itabirito, pelas sérias e infundadas acusações feitas à população desse Município, em entrevista à Rádio Cidade (Requerimento nº 3.210/2009, do Deputado Alencar da Silveira Jr.);

de congratulações com o Cel. Renato Vieira de Souza em razão de sua nomeação como Comandante-Geral da PMMG (Requerimento nº 3.213/2009, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com o Cel. Gilberto Cabral Costa em razão de sua nomeação para o cargo de Chefe do Estado-Maior da PMMG (Requerimento nº 3.215/2009, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com o MG Transplantes por ter atingido um número recorde de realização de cirurgias no ano de 2008 (Requerimento nº 3.218/2009, do Deputado Délio Malheiros);

de congratulações com o Cel. PM Renato Vieira de Sousa pela posse como Comandante-Geral da PMMG (Requerimento nº 3.223/2009, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Cel. PM Gilberto Cabral Costa pela posse como Chefe do Estado-Maior da PMMG (Requerimento nº 3.224/2009, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Cel. PM Hélio dos Santos Júnior pelo trabalho desenvolvido como Comandante-Geral da PMMG (Requerimento nº 3.225/2009, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com a cidade de São Paulo, na pessoa do seu Prefeito, pelos 455 anos de fundação, comemorados em janeiro do corrente (Requerimento nº 3.227/2009, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Desembargador Sérgio Resende, Presidente do Tribunal de Justiça, pelo recebimento da Medalha 200 Anos da Polícia Civil Mineira (Requerimento nº 3.230/2009, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com o Desembargador Reynaldo Ximenes Carneiro pelo recebimento da Medalha 200 Anos da Polícia Civil Mineira (Requerimento nº 3.231/2009, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com o Desembargador Kildare Gonçalves Carvalho pelo recebimento da Medalha 200 Anos da Polícia Civil Mineira (Requerimento nº 3.232/2009, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com o Sr. Paulo César Dias, Desembargador, pelo recebimento da Medalha 200 anos da Polícia Civil Mineira (Requerimento nº 3.233/2009, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com o Sr. Hélcio Valentim de Andrade Filho, Desembargador, pelo recebimento da Medalha 200 anos da Polícia Civil Mineira (Requerimento nº 3.234/2009, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com o Sr. Luiz Audebert Delage Filho, Desembargador, pelo recebimento da Medalha 200 anos da Polícia Civil Mineira (Requerimento nº 3.235/2009, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com o Sr. José Afrânio Vilela, Desembargador, pelo recebimento da Medalha 200 anos da Polícia Civil Mineira (Requerimento nº 3.236/2009, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com o Sr. Lúcio Urbano Silva Martins, Desembargador e Ouvidor- Geral do Estado, pelo recebimento da Medalha 200 anos da Polícia Civil Mineira (Requerimento nº 3.237/2009, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com o Sr. José Fernandes Filho, Desembargador, pelo recebimento da Medalha 200 anos da Polícia Civil Mineira (Requerimento nº 3.238/2009, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com o Sr. Nelson Missias de Moraes, Presidente da Associação dos Magistrados Mineiros, pelo recebimento da Medalha 200 anos da Polícia Civil Mineira (Requerimento nº 3.239/2009, do Deputado Wander Borges);

de aplauso à Sra. Luzia Maria Ferreira, Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, por sua eleição a esse cargo (Requerimento nº 3.245/2009, do Deputado Ademir Lucas);

de aplauso ao Sr. Irineu Inácio da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Contagem, por sua eleição a esse cargo (Requerimento nº 3.246/2009, do Deputado Ademir Lucas);

de congratulações com o Sr. Luiz Eduardo Sales Paiva, Presidente da Associação Farmacêutica de Itajubá, pela passagem do Dia do Farmacêutico (Requerimento nº 3.251/2009, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com a Sra. Ilza Elódia B. Barboza, Presidente da Associação Farmacêutica de Montes Claros, pela passagem do Dia do Farmacêutico (Requerimento nº 3.252/2009, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sr. Luiz Gonzaga de Moraes, Presidente da Associação Farmacêutica de Alfenas, pela passagem do Dia do Farmacêutico (Requerimento nº 3.253/2009, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sr. Osmundo Santana Filho, Presidente da Associação Farmacêutica do Oeste de Minas, pela passagem do Dia do Farmacêutico (Requerimento nº 3.254/2009, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com a Sra. Luciana Giarola Garcia, Presidente da Associação Farmacêutica de Formiga e Pains, pela passagem do Dia do Farmacêutico (Requerimento nº 3.255/2009, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com a Sra. Lúcia de Souza Ribeiro Prado, Presidente da Associação Farmacêutica de Varginha, pela passagem do Dia do Farmacêutico (Requerimento nº 3.256/2009, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sr. Haroldo Teixeira Cordeiro, Presidente da Associação Farmacêutica do Vale do Aço, pela passagem do Dia do Farmacêutico (Requerimento nº 3.257/2009, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sr. Luiz Carlos Chaves Franco, Presidente da Associação Farmacêutica do Triângulo Mineiro, pela passagem do Dia do Farmacêutico (Requerimento nº 3.258/2009, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações o Sr. Juvenal Clemente de Abreu, Presidente da Associação Farmacêutica de Três Corações, pela passagem do Dia do Farmacêutico (Requerimento nº 3.259/2009, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sr. Dimas Guimarães Nascimento, Presidente da Associação Farmacêutica de São João del-Rei, pela passagem do Dia do Farmacêutico (Requerimento nº 3.260/2009, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sr. Alexandre Gonçalves Sampe, Presidente da Associação Farmacêutica de Poços de Caldas pela passagem do Dia do Farmacêutico (Requerimento nº 3.261/2009, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sr. Jairo Francisco da Silva Jr., Presidente da Associação Farmacêutica de Pouso Alegre, pela passagem do Dia do Farmacêutico (Requerimento nº 3.262/2009, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sr. Edilson de Magalhães Lopes, Presidente da Associação Farmacêutica de Itabira, pela passagem do Dia do Farmacêutico (Requerimento nº 3.263/2009, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sr. Moacir Oliveira Lima Filho, Presidente da Associação Farmacêutica de Governador Valadares, pela passagem do Dia do Farmacêutico (Requerimento nº 3.264/2009, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sr. Roberto Santana L. Batista, Presidente da Associação Farmacêutica de Conselheiro Lafaiete, pela passagem do Dia do Farmacêutico (Requerimento nº 3.265/2009, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sr. Rúbelio de Castro Real, Presidente da Associação dos Farmacêuticos e Bioquímicos do Circuito das Águas, pela passagem do Dia do Farmacêutico (Requerimento nº 3.266/2009, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sr. Lauro de Mello Vieira, Presidente do Conselho Regional de Farmácia, pela passagem do Dia do Farmacêutico (Requerimento nº 3.267/2009, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sr. Márcio A. Domingues, Presidente da Associação Farmacêutica de Bom Despacho, pela passagem do Dia do Farmacêutico (Requerimento nº 3.268/2009, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sr. Nelson Maciel Pereira, Presidente da Associação Farmacêutica de Caxambu, pela passagem do Dia do Farmacêutico (Requerimento nº 3.269/2009, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sr. Saulo José de Oliveira Camello, Presidente da Associação Farmacêutica de Ouro Preto e Mariana pela passagem do dia do Farmacêutico (Requerimento nº 3.270/2009, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com a comunidade de Tiros pelo transcurso do 85º aniversário de fundação desse Município (Requerimento nº 3.281/2009, do Deputado Inácio Franco);

de congratulações com a comunidade de Alvinópolis pelo transcurso do 118º aniversário de emancipação desse Município (Requerimento nº 3.284/2009, do Deputado Neider Moreira);

de congratulações com o Sr. Acácio Mendes de Andrade, Prefeito Municipal de Passa-Quatro por sua posse como Presidente da Associação dos Municípios da Microrregião do Circuito das Águas - AMMAG -, para 2009 (Requerimento nº 3.292/2009, do Deputado Leonardo Moreira).

## matéria administrativa

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 2/3/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### Gabinete do Deputado Antônio Carlos Arantes

nomeando Walysson Oliveira Nascimento para o cargo de Motorista, padrão VL-26, 8 horas.

#### Gabinete da Deputada Rosângela Reis

exonerando, a partir de 9/3/09, Antonio Carlos Monteiro do cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas;

exonerando, a partir de 9/3/09, Celeneh Ribeiro de Deus Pinheiro do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 4 horas;

nomeando Antonio Carlos Monteiro para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas;

nomeando Gisely Guimarães Silva Libório para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

nomeando Graziela Viana Ferreira para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas;



nomeando Sara Alves Clemente para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Na data de 2/3/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, 5.195, de 4/7/00, e 5.310, de 21/12/07, e da Lei nº 15.014, de 15/1/04, assinou o seguinte ato:

exonerando, a pedido, a partir de 3/3/09, Sergio Mechelany Veloso do cargo efetivo de Analista Legislativo, na especialidade de Analista de Sistemas, padrão VL-44, classe I, código AL-AN, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, tendo em vista o cumprimento das condições previstas nos incisos I a IV do artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/03, das disposições contidas na Lei nº 15.014, de 15/1/04, na Lei Complementar nº 64, de 25/3/02, e nos artigos 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e na Resolução nº 5.086, de 31/8/90, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 10/2/09, o servidor Aymoré Corrêa Marra, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.